

INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Naiane dos Santos Souza¹
Francisco Roberto Diniz Araújo²

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição genética com características diversas e complexas, que traz prejuízos persistente na comunicação social recíproca e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. O indivíduo com TEA é reconhecido como tendo os mesmos direitos que as pessoas com outras deficiências inclusive, o direito à educação inclusiva. Logo, objetiva-se discutir as práticas de inclusão do indivíduo com TEA. Estudo qualitativo e descritivo, do tipo revisão de literatura narrativa, no qual, foram analisados textos encontrados na base de dados da Scielo, analisados e estruturados em eixos temáticos que abordam o papel da escola frente ao Transtorno do Espectro Autista, o trabalho docente com os alunos TEA, e limites e possibilidades educacionais para os alunos com TEA. Observa-se que na pesquisa realizada houve poucas discussões quanto a participação ou papel da família dos alunos com TEA. A partir dessa pesquisa, foi possível concluir que se faz necessário uma reavaliação do ensino regular para o estabelecimento de ações que preparem os professores para atuar na educação inclusiva, forneça subsídios para essa atuação, convide e estimule os pais a participarem de forma mais ativa da educação dos seus filhos. A educação inclusiva só será efetiva se for realizada de forma contínua, reflexiva e com a participação de todos.

Palavras-chave: Autismo. Educação inclusiva. Prática docente.

ABSTRACT: Autism Spectrum Disorder (ASD) is a genetic condition with diverse and complex characteristics, which causes persistent impairment in reciprocal social communication and social interaction, restricted and repetitive patterns of behavior, these symptoms are present from the beginning of childhood and limit or impair daily functioning. Individuals with ASD are recognized as having the same rights as people with other disabilities, including the right to inclusive education. Therefore, the objective is to discuss inclusion practices for individuals with ASD. Qualitative and descriptive study, of the narrative literature review type, in which texts found in the Scielo database were analyzed, analyzed and structured into thematic axes that address the role of the school in the face of Autism Spectrum Disorder, teaching work with ASD students, and educational limits and possibilities for students with ASD. It is observed that in the research carried out there were few discussions regarding the participation or role of the families of students with ASD. From this research, it was possible to conclude that a reevaluation of regular education is necessary to establish actions that prepare teachers to work in inclusive education, provide subsidies for this action, invite and encourage parents to participate more actively in the education of their children. Inclusive education will only be effective if it is carried out continuously, reflectively and with the participation of everyone.

Keywords: Autism. Inclusive education. Teaching practice.

¹Mestranda pela Educader University - Flórida- USA. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) . Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Vale do São Francisco(UNIVASF). Bacharel em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora efetiva da Secretaria de Educação- Monte Santo - BA.

² Pós-Doutor em Psicologia com Orientação em Metodologia de Pesquisa de Revisão - pela Universidad de Flores UFLO - Argentina. Pós-doutor em Educação Especial pela Université Libre des Sciences de L'Homme de Paris - Paris França. Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação pela - UDS/UCSAL - Paraguai/Brasil. Graduado - licenciatura plena em Pedagogia - Universidade Estadual Vale do Acaraú. Professor/orientador/avaliador de teses e Pesquisador da Unersidad de Flores - UFLO - AR. Professor formador de cursos de pós-graduação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES). Professor efetivo lotado na secretaria de educação - São Bento, PB.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um instrumento de garantia do direito a igualdade entre os indivíduos. De acordo com Wu (2019), as Políticas de Educação Especial buscam incluir e garantir a permanência dentro da sala de aula dos indivíduos tidos de forma estereotipada como incapazes e por esse motivo são colocadas à margem da sociedade.

Historicamente diversas legislações defenderam a efetivação da educação inclusiva para as pessoas com deficiência. Conforme Ciríaco (2020) o texto mais completo sobre inclusão na Educação é a Declaração de Salamanca (1994), que em seus parágrafos deixa claro que a educação Inclusiva abrange todas as pessoas que possuem alguma necessidade educacional especial, seja temporária, permanente ou intermitente.

Outro documento legal que defende a educação inclusiva é a LDB/96 que em seu capítulo V, artigo 58 no inciso 1º, e artigo 59 assegura o direito às pessoas com necessidades educacionais especiais. Rezende (2021) cita ainda como documento legal, o Decreto n. 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial e inclusiva, orientando-a e estabelecendo o Estado como o responsável em garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, ao longo de toda a via, de forma gratuita, compulsória e adaptável às necessidades individuais.

Em 28 de dezembro de 2012 houve um marco legal para os indivíduos portadores do Transtorno do espectro autista (TEA), que foi a criação da Lei nº 12.764, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista nomeada de Lei Berenice Piana. Conforme Cunha e Farah (2021) ela recebeu esse nome fazendo referência a uma mãe de pessoa autista e que lutou pelo direito do seu filho. Essa lei instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que protege e elimina qualquer forma de discriminação.

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que tem como objetivo principal a garantia de condições de igualdade, direitos e inclusão social de pessoas portadoras desse transtorno, que abrange várias síndromes como por exemplo: Asperger, Transtorno Infantil Desintegrativo e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra Especificação e o autismo, foco dessa Pesquisa.

Nessa Política são garantidos direitos fundamentais, em seu Art. 3º inciso IV alínea a é reafirmado que são direitos da pessoa com transtorno do espectro autista o acesso: à educação e ao ensino profissionalizante; e em seu Parágrafo único diz que em casos de comprovada

necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Em suma, a lei 12.764 reconhece os indivíduos com TEA como pessoas detentoras dos mesmos direitos que as pessoas com outras necessidades especiais, garantido assim que esses possam frequentar as escolas regulares e receber acompanhamento quando necessário, ou seja, eles não necessitaram afastar-se da escola regular para ter o acesso ao ensino, mas poderá conviver com as demais crianças.

A frequência da criança com TEA na escola, permite o contato e a interação desta com crianças não autistas, oportunidade que muitas vezes não acontece na sua vida diária e que permite uma troca de experiências e vivências entre as crianças. Portanto, a escola deve permitir o estímulo das potencialidades da criança, construindo um sujeito que se desenvolve psicologicamente e socialmente a partir da sua singularidade.

O TEA tem sido bastante discutido e estudado nos últimos anos, de acordo com Souto e Colaboradores (2019), esses estudos têm possibilitado uma melhor compreensão para o diagnóstico e a busca de novos tratamentos, sendo que a família e os cuidadores tem papel fundamental na observação do comportamento e identificação da criança com TEA.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, segundo Barbosa (2018), cita também o incentivo da formação dos profissionais que atuam juntamente à criança com TEA e os próprios pais, que poderão conhecer melhor as particularidades do TEA e atuar de forma a garantir a inclusão desses indivíduos no ensino. 2329

Tendo em vista que, a inclusão da criança com o TEA no ambiente escolar é uma oportunidade que permite uma troca de experiências e vivências entre as crianças e que contribui para o desenvolvimento destas. Faz-se necessário discutir as práticas de inclusão dos alunos com TEA na sala de aula, suas limitações e possibilidades, buscando dessa forma descrever as práticas existentes, apontando assim os limites e possibilidades da inclusão do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista na educação formal.

Dessa forma, o estudo é relevante para a comunidade acadêmica, sociedade e sistema educacional, pois irá subsidiar a realização de estudos relacionados à inclusão do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista na educação formal. Além disso, permitirá uma análise sobre como é colocada em prática no ambiente escolar as ações voltadas para a Política de Inclusão das pessoas com deficiência, permitindo que profissionais estudantes e demais cidadãos conheçam a política e busquem a garantia dos direitos da pessoa com TEA.

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, do tipo revisão de literatura narrativa. Entende-se por pesquisa qualitativa aquela que responde por questões muito particulares, trabalha com o universo dos significados, com fenômenos que fazem parte de uma realidade. Conforme Minayo (2009), esse tipo de pesquisa tem por objeto de pesquisa o universo das produções humanas, que podem ser resumidas no mundo das relações e, dificilmente, podem ser resumidos em números e indicadores quantitativos.

A pesquisa ocorreu na base de dados da revista Scielo Brasil, devido a sua credibilidade no meio acadêmico, na qual foram pesquisados artigos em português, utilizando-se as palavras chaves autismo and educação and inclusão, nos anos de 2020 a 2023. Na pesquisa foram encontrados 18 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos foram selecionados 10 artigos, aqueles que abordavam o trabalho pedagógico direcionado ao TEA. Em seguida, foi realizada a leitura minuciosa de cada artigo. Destes foram selecionados 6 artigos que apresentaram os aspectos inclusivos e pedagógicos direcionado ao TEA, tais artigos foram lidos, fichados e organizados nos seguintes eixos temáticos: O papel da escola frente Transtorno do Espectro Autista, o trabalho docente com os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), limites e possibilidades educacionais para os alunos com TEA.

O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO TEA

A escola é o ambiente em que a criança passa boa parte do seu dia, é onde ela interage com outras crianças, onde se desenvolve e aprende. A importância de tal ambiente na educação e desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista é algo citado em cinco artigos selecionados, sendo importante a discussão do papel da escola frente a inclusão da criança autista.

Salomão e colaboradores (2020), em sua pesquisa de campo, afirmam que são nas interações sociais onde os indivíduos e as suas funções psíquicas humanas se desenvolvem, diante disso, são nessas interações que a criança aprende. No entanto, quando diz respeito às crianças com TEA o que eles destacam é que há uma dificuldade destas em compreender e conduzir a situação social, e permanecer com sua atenção vinculada àquela interação.

Os agentes presentes na escola devem preparar o ambiente de forma a viabilizar interações que atendam às necessidades da criança com TEA, visto que é no ambiente escolar em que a criança tem maiores oportunidades para a convivência social, essencial para o desenvolvimento humano.

Na pesquisa de Salomão e colaboradores (2020), foi perceptível que a interação das crianças com TEA, com destaque no pátio da escola, permite que elas se comportem com mais independência e liberdade, pois nesse ambiente elas são mais solicitadas. Vale frisar que no momento de tal pesquisa o espaço foi preparado de forma diferente, com menos barulhos e por isso permitiu uma maior interação. Quando as interações ocorrem de forma livre, ou seja, fora de um contexto dirigido, tendem a durar mais e ocorrerem de forma espontânea.

Conforme os autores supracitados, a inclusão de crianças com TEA em escolas regulares possibilita o desenvolvimento dessas, pois permite a interação social, a convivência e aprendizagem com outras crianças e com as diferenças. Mas, nesse processo de inclusão deve-se levar em consideração o grau do TEA em cada aluno presente nesse ambiente suas particularidades.

Quando as particularidades da criança são levadas em consideração, o processo de inclusão ocorre de forma mais direcionada, viabilizando o desenvolvimento pleno da criança com TEA.

O artigo de Fernandes e Fleila (2020), em sua pesquisa de campo, corrobora com as ideias dos teóricos supracitados, pois nele os autores afirmam que a interação com seus pares permite o desenvolvimento social, cognitivo e independência do indivíduo com TEA, pois mesmo com suas particularidades, ele consegue ter suas habilidades desenvolvidas.

2331

Borges e Walker (2022) em sua pesquisa também reafirmam as ideias citada pelos autores acima, de que o ambiente escolar deve proporcionar a interação dos sujeitos com TEA, possibilitando a inclusão destes, visto que estes apresentam dificuldade nas interações.

A escola é um dos ambientes que possibilita a interação social da criança com TEA, dessa forma conforme Camargo e colaboradores (2020), o professor tem importante papel nessa inclusão da criança com TEA, inclusão esta, que também é referida por outros teóricos, como benéfica no desenvolvimento social, comunicativo e habilidades educacionais para o aluno com TEA.

Borges e Walker (2022) apontam o importante papel da escola no processo de inclusão do indivíduo com TEA, que deve levar a todos os envolvidos no processo a compreenderem e respeitarem as particularidades do aluno com TEA.

Nessa pesquisa quanto ao aspecto do papel da escola frente a educação da criança autista, fica evidente a importância dessa instituição para o alcance do desenvolvimento e inclusão da criança com TEA. A escola deve preparar e planejar um ambiente que estimule a interação dos

sujeitos com TEA e os que não possuem essa deficiência, pois essas interações possibilitam o desenvolvimento da criança com TEA, nelas ocorrem os estímulos, o aprender a conviver com as diferenças, aspectos que permitem que a criança com TEA participe mais ativamente do processo de aprendizagem.

O TRABALHO DOCENTE COM OS ALUNOS COM TEA

Apesar de ser um tema bastante discutido, o Transtorno do Espectro Autista muitos professores ainda sentem dificuldade em compreender e trabalhar de forma inclusiva o aluno com TEA, que acabam encontrando dificuldades em trabalhar com alunos autistas. Nos artigos analisados observou-se que há uma falta de preparo das escolas e professores para atenderem o que é previsto nas políticas de inclusão e interação.

Conforme Salomão e colaboradores (2020), o trabalho do professor é essencial para o desenvolvimento da criança com TEA, mas os autores Camargo e colaboradores (2020) referem que boa parte dos educadores ainda se sentem despreparados para atender as demandas da inclusão escolar, e entendem o significado de inclusão dos alunos com deficiência apenas como a necessidade de modificação e adaptação na estrutura da escola, não levando em consideração que as mudanças também devem ocorrer nas práticas metodológicas e formas de ensinar o conteúdo comum a todos. 2332

Observa-se que apesar de ser bastante discutida a importância do trabalho docente para o desenvolvimento do indivíduo com TEA, ainda existem muitas barreiras e dificuldades para uma escola conseguir atender os critérios de inclusão.

Conforme os autores supracitados a inclusão da criança com o Transtorno do Espectro Autista é um desafio para os professores, pois essas crianças apresentam comportamentos atípicos. Sendo necessário uma modificação e adaptação no método de ensino, superação de barreiras e a permanência desse aluno em sala de aula, buscando garantir o que está previsto na lei 12.764/12.

Borges e Walker (2022) apontam a importância da utilização de recursos para o processo de ensino e aprendizagem para o estudante autista, sendo necessário também que seja levado em consideração as particularidades dos alunos com TEA na elaboração das atividades, estruturação com ambiente, escolha dos materiais, papel do professor e abordagem do conteúdo. Além disso, os autores apontam também o uso de tecnologias, como importantes instrumentos nas práticas inclusivas.

Essa modificação no currículo para os alunos Alvo da Educação Especial, incluídos os com TEA, foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação através resolução CNE/CEB nº 2, de 11, de setembro de 2001. Argola e colaboradores (2022) citam que a educação deve levar em conta uma abordagem educacional que considere que cada indivíduo é singular, com características, interesse e habilidades próprias, para que com isso seja realizada uma educação inclusiva

Conforme Borges e Walker (2022) a utilização de recursos deve ser realizada de maneira cuidadosa, para que as atividades não se tornem apenas algo lúdicos e recreativo, mas que também mantenha o foco no planejamento e objetivo escolar, além disso o ambiente deve proporcionar a interação e a inclusão dos sujeitos.

Camargo e colaboradores (2020) afirmam que a presença dos alunos com TEA no ensino regular brasileiro já é uma realidade, advinda pela Lei 12.764/12 que classifica o TEA como uma deficiência e proíbe a recusa da matrícula desse público, o que tem aumentado o número de crianças com TEA no ensino regular, além disso esse transtorno não é mais considerado como raro, sendo necessário investimentos na educação para a inclusão dessas crianças, principalmente sobre a necessidade dos educadores conhecerem mais esse transtorno.

Diante desse cenário a educação inclusiva deve ser verdadeiramente trabalhada de forma efetiva. Argola e colaboradores (2022) afirmam que a educação deve levar em conta uma abordagem educacional que respeite a singularidade de cada aluno, suas necessidades, características, interesse e habilidades próprias, para que assim seja realizada uma educação inclusiva. 2333

A necessidade de conhecer o que é TEA e como trabalhar com os alunos com tal transtorno é citado também no artigo de Camargo e colaboradores (2020). Nele é pontuado que o trabalho docente nas escolas pesquisadas ocorre de forma empírica, os professores buscam estratégias que consideram facilitadoras do trabalho e informações de diversas fontes, confiáveis ou não, em busca do desenvolvimento, inclusão e permanência dos alunos com TEA.

Nessa pesquisa supracitada os autores afirmam que foi perceptível a necessidade de uma formação continuada, que os professores sentem que não foram preparados durante sua formação para trabalhar com esse público, eles encontram-se aflitos quanto a sua falta de manejo com esses alunos, sinalizam a necessidade de uma formação continuada, prevista na Lei 7611/11. Além disso observa-se que não há uma participação da gestão escolar, quanto a essa necessidade de um apoio pedagógico.

A partir do estudo é possível perceber que os pesquisadores demonstram que a educação inclusiva para o aluno com TEA deve ser efetivamente realizada na prática, mas os professores ainda sentem muita dificuldade em trabalhar com esse público, são citados como barreiras: a falta de apoio pedagógico e de embasamento sobre o transtorno. No entanto, observa-se que alguns professores estão buscando metodologias próprias que possibilitem um trabalho docente que inclua esses alunos na educação, visto que esse TEA é um compromisso de todos envolvidos nesse processo.

LIMITES E POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS PARA O ALUNOS COM TEA

Por ser um tema relativamente novo nas discussões sobre a inclusão educacional e também por ainda haver uma falta de embasamento metodológico, a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola regular sofre algumas limitações e dificuldades. Foi possível observar que os professores são os principais sujeitos a detectarem essas dificuldades, por isso eles se sentem impotentes diante da inclusão do estudante com TEA, seja por falta de manejo ou pela própria falta de conhecimento sobre as particularidades e forma de trabalhar a inclusão do público com TEA.

Na análise dos artigos foram encontrados muitos entraves para a inclusão do aluno com TEA. Camargo e colaboradores (2020) em sua revisão da literatura demonstram como um dos entraves a escassez de estudos que investiguem as principais dificuldades enfrentadas pelos professores frente ao processo educativo da criança com TEA no contexto de inclusão. Os autores citam também como dificuldades: a recusa da criança em fazer atividade ou seguir normas e regras; o interesse restrito e estereotipados o que gera inflexibilidade para a realização das atividades e organização da sala; o comportamento agressivo, que por sua vez acaba afastado os outros alunos e interferindo na relação professor e alunos; a dificuldade para se comunicar. 2334

Vale frisar que a dificuldade relacionada ao comportamento de recusa para fazer as atividades, também foi citada na pesquisa de Fernandes e Fleila (2020), assim como a falta de recurso, de apoio e suporte; a presença de outros alunos com outras deficiências na mesma turma; a dificuldade em aplicar o trabalho pedagógico e a dificuldade de comunicação com a família, seja no comprometimento desta ou na continuidade do trabalho da escola em casa.

Os teóricos Camargo e colaboradores (2020), citam como dificuldades a ausência de formação inicial que subsidie o trabalho pedagógico e a falta de tempo disponibilizado para o

planejamento de atividades que se adequem as limitações e potencialidades do público com TEA, dificuldade presente também em outros artigos considerados.

Essas dificuldades observadas nos textos analisados causam preocupação sobre como os alunos com TEA são recebidos e tratados no ambiente escolar, visto que nota-se que há uma falta de preparo e fornecimento de recursos para a atuação dos profissionais na educação desse público, que na maioria das vezes acaba sofrendo com o isolamento e a falta de manejo dos seus pares, acarretando na exclusão e não integralidade desse público à educação.

Além das dificuldades que foram citadas com maior frequência, também observa-se nos artigos que a educação do aluno com TEA também tem se desenvolvido gradativamente. Conforme Camargo e colaboradores (2020) para uma prática inclusiva é necessário que seja entendido que a adaptação deve ser realizada na forma e no recurso utilizado para aprendizagem do aluno. A criança com TEA deve ter acesso ao mesmo currículo e ao mesmo conteúdo que as demais crianças que não possui o TEA, mas esse deve sofrer adaptações na sua prática, visando a aprendizagem.

Conforme Argola e colaboradores (2022) o diagnóstico não é o que determina o desenvolvimento do indivíduo, mas a utilização de ferramentas adequadas para o enfrentamento das dificuldades e o estímulo das habilidades. Sendo essencial também pessoal treinado para possibilitar a inclusão. 2335

Araújo e Junior (2021) corroboram com os autores supracitados, afirmando que é necessário a compreensão de que cada aluno com TEA tem suas especificidades e características, e através do reconhecimento destas é que docente poderá elaborar um plano individualizado que busque estímulos adequados e permitam a verdadeira inclusão escolar.

Foi possível observar a importância da utilização de recursos de visam o desenvolvimento e inclusão dos alunos, na pesquisa de Araújo e Júnior (2021) onde é apontada utilização de jogos digitais na educação do estudante com TEA. Eles apontam esses jogos como ferramentas potenciais que devem ser planejadas de acordo com as particularidades de cada estudante, e que possibilita o desenvolvimento emocional, sensorial, motor e social do estudante com TEA.

Esse conceito é evidenciado no estudo de caso realizado por Borges e Walker (2022), nele foi apresentado para um estudante de 11 anos e com TEA, problemas matemáticos com e sem suporte de material manipulável, e foi observado um melhor desenvolvimento na resolução desses problemas quando este utilizou o suporte material. Demonstrando a importância de dar

significado para as atividades a serem realizadas, pois é essa significância que fará com que o aluno com TEA considere ou não a possibilidade da sua realização.

Camargo e colaboradores (2020) citam que ainda há uma escassez de estudos referentes as dificuldade e barreiras que os professores encontram para a inclusão das crianças com TEA, algo essencial para o fortalecimento do processo de inclusão, pois é reconhecendo essas barreiras que são criadas condições que permitam a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com TEA.

A partir das leituras pode-se citar que para a inclusão do aluno com TEA é necessário que sejam realizadas atividades que envolvam os aspectos pedagógicos, terapêuticos e social; a realização de planejamentos e que todo o grupo escolar se envolva em busca de atividades que desenvolva as potencialidades dos alunos com TEA e que prepare todos para lidar com as peculiaridades desses alunos. A escola deve preparar também sua estrutura para receber o aluno com TEA e ter profissionais disponíveis para o seu acompanhamento.

Gestores, professores e pais devem se dedicar intensivamente para que o público com TEA sejam verdadeiramente incluídos no ensino regular, e tenham suas habilidades ampliadas e desenvolvidas, aprendendo assim como os demais alunos da sua turma e garantindo o seu direito a educação, previsto nas legislações.

CONCLUSÃO

A partir do que foi observado no decorrer da pesquisa observa-se que a educação inclusiva para o indivíduo com TEA aos poucos está se desenvolvendo, sendo discutida e aplicada, apesar das diversas barreiras e dificuldades para a sua efetividade, que começa desde a ausência dos pais na educação até a falta de interação na sala de aula com os demais colegas.

Observa-se que na pesquisa realizada houve poucas discussões no aspecto que envolve a participação ou papel dos pais dos alunos com TEA. Os artigos citaram mais a inclusão desses alunos sobre o papel dos educadores e da escola. Sendo necessário maiores discussões que envolvam a família ou cuidadores, visto que eles têm importante papel na educação e desenvolvimento do aluno, que não deve ocorrer apenas na escola, mas em todos os ambientes de convívio da criança com TEA.

Portanto, faz-se necessário uma reavaliação do ensino comum para o estabelecimento de ações que preparem os professores para atuar na educação inclusiva, fornecendo subsídios para essa atuação, fornecendo apoio pedagógico, educação continuada, cursos preparatórios e até suporte de um profissional da saúde.

As ações também devem se direcionadas aos colegas que devem ser estimulados a participarem e interagirem de forma mais ativa juntamente com o seu colega com TEA. A família deve ser convidada e estimulada a participar de forma mais ativa da educação e inclusão dos seus filhos. A educação inclusiva só será efetiva se for realizada de forma contínua, reflexiva e com a participação de todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G.S, JUNIOR, M.O.S. **ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O DESIGN DE JOGOS DIGITAIS COM O FOCO NO TREINO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma revisão sistemática.**, 2021. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4033>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2023.

ARGOLAS, E. L. A., COTILLA, M. R., LÓPEZ, E. A. L. **INCLUSÃO SOCIAL: um projeto de liderança começando na sala de aula.**, 2022. <https://doi.org/10.23913/ride.v12i24.1163>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2023.

BARBOSA, M. O. **O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação.** 2018, abr./jun. Revista Educação Especial. v. 31. n. 61, p. 299-310.

BORGES, F.A, WALKER, D. B. A. **POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ENSINO COM ALUNOS AUTISTAS NAS AULAS DE MATEMÁTICA.** 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5234. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5234>. Acesso em: 10 de Novembro de 2023

2337

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, **LEI 12.764/12.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/11.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011

CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R.; MAGALHÃES, S. L. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores.** Educação em Revista, Belo Horizonte, 2020, v. 36, n.1, p. 1-22.

CANGUGUSSU, D. D. D.; FILHO, I. M. F.; PROENÇA, M. F. R.; RODRIGUES, T. P. R.; SANTOS, C. C. T.; SOUTO, O. B. **A tecnologia assistida aplicada aos casos de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).** Revista Eletrônica Acervo Saúde. 2019. V. 31, p. 1-13.

CIRÍACO, F. L.. **Inclusão**: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>> Acesso em 29 de outubro de 2023

CUNHA, D. F. S., FARAH, F. B. A. **Autismo**: aspectos jurídicos da acessibilidade e respeito. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 1, nº 1, Abril 2021. p. 283 -299. Disponível em: DOI:10.5102/rbpp.viii.6497. Acesso em 29 de outubro de 2023.

FERNANDES, S. H. A. A.; FLEIRA, R. C. **Ensinando Seus Pares**: a inclusão de um aluno autista nas aulas de Matemática . Bolema: Boletim de Educação Matemática. Ago, 2019, V.33. n. 64, p. 811-831.

LEMOS, E. L.M.D, NUNES, L. L., SALOMÃO, M. N. R. **Transtorno do espectro autista e interações escolares**: Sala de Aula e Pátio. Rev. bras. educ. espec. 26 (1). Jan-Mar 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbee/a/z9kw6rcvPhxsPSkmLnXwMhd/?lang=pt#>> Acesso em 28 de outubro de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

REZENDES, L. F. **O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2131/1/art_esp_Laila_Franciely_Rezende%20-%20.pdf> Acesso em: 29 de outubro de 2023.

Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbni.pdf> Acesso em: 20 ago. 2011.